



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

**ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO: TRABALHO E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA
FILHO/UFRJ**

CAMILA OLIVEIRA CARVALHO¹

FERNANDA KILDUFF²

TAIANE BATISTA DE OLIVEIRA³

CLARA STEPHANIE ANDRADE PEREIRA⁴

WILLIAM ALEXANDRE TOLEDO PINTO⁵

RESUMO

O trabalho reflete, com base na sistematização da experiência em um hospital universitário, sobre as estratégias antirracistas no trabalho e na formação profissional. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica e documental, com relato de experiência. Os resultados indicam avanços na inserção dessas estratégias, mas apontam para a necessidade de continuidade e fortalecimento.

Palavras-chave: Formação antirracista; serviço social; saúde; sistematização, trabalho profissional.

ABSTRACT

The work reflects, based on the systematization of experience in a university hospital, on anti-racist strategies at work and in professional training. The methodology involved bibliographic and documentary research, with experience reports. The results indicate progress in the insertion of these strategies, but point to the need for

¹ Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social/ Universidade Federal do Rio de Janeiro e Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro

² Escola de Serviço Social/ Universidade Federal do Rio de Janeiro

³ Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/ Universidade Federal do Rio de Janeiro e Faculdade de Serviço Social/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁴ Escola de Serviço Social/ Hospital Universitário Clementino Fraga Filho

⁵ Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/ Universidade Federal do Rio de Janeiro e Secretaria Municipal da Saúde de Niterói

continuity and strengthening.

Keywords: Anti-racist training; social service; health; systematization, professional work.

1 Introdução

O que significa uma formação antirracista em Serviço Social? É a capacidade de ler a realidade social e desocultar as desigualdades que estruturam as relações sociais brasileiras. Não é possível pensar a intervenção profissional nas mais diversas políticas, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais sem ter uma leitura crítica do quanto que o racismo está impregnado na focalização das políticas sociais [...] e nas diversas violações de direitos na sociedade brasileira e que muitas vezes é matéria de trabalho profissional. Uma formação antirracista é a capacidade de intervir nessa realidade, desocultando essas desigualdades, [elaborando estratégias profissionais], lutando contra o racismo. (Kelly Rodrigues Melatti, assistente social, Conselheira do CFESS, 2024. Depoimento proferido em Live: “Os fundamentos da formação antirracista no Serviço Social”, TV ABEPSS, 2024).

A trajetória do Serviço Social no Brasil é marcada pelo compromisso com a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero e pela busca da emancipação humana. A indissociabilidade entre as questões sociais e raciais, em um contexto em que o racismo se manifesta de forma histórica e sistêmica na sociedade brasileira reforça a necessidade de uma formação antirracista no Serviço Social, e a construção de estratégias de enfrentamento ao racismo.

Nesse sentido, o debate sobre a questão racial no trabalho e na formação profissional do Serviço Social torna-se fundamental para a efetivação de um projeto ético-político comprometido com a justiça social e a equidade. Este trabalho é um esforço teórico-metodológico de sistematização do trabalho profissional para inserção da temática racial a partir das experiências de ensino e pesquisa, na graduação e pós graduação no modelo lato sensu de residência multiprofissional e atividades relacionadas à qualificação permanente de profissionais no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF/UFRJ).

Para a discussão proposta, o texto foi estruturado em quatro tópicos. O primeiro trata da formação antirracista no Serviço Social em diálogo com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). O segundo aborda a saúde da população negra, destacando os desafios e as especificidades que permeiam essa questão. Esses dois primeiros eixos servirão de base contextual para os próximos dois, nos quais o foco estará posto, respectivamente, no trabalho e na formação em Serviço Social no âmbito do HUCFF,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e na apresentação de uma sistematização de experiência profissional cuja centralidade é mostrar e refletir concretamente sobre as estratégias anti racistas acionadas neste espaço institucional.

2 Serviço Social e formação antirracista

O Serviço Social, enquanto área inserida no campo das ciências sociais aplicadas e profissão com caráter interventivo, vem sistematizando ao longo da sua trajetória acadêmica uma vasta produção de conhecimentos sobre a questão social inspirada na tradição do pensamento crítico. Desse modo, a formação de assistentes sociais direciona-se para além do enfrentamento das demandas instituídas pelo mercado de trabalho, e orienta-se, criticamente, via projeto ético-político da categoria, para mediar os desafios instituintes postos pelas contradições intrínsecas às relações entre o capital e o trabalho. Intervindo, portanto, “nas mediações entre produção e reprodução das desigualdades e das resistências sociais, requer uma formação profissional altamente qualificada.” (Iamamoto, 2000, p.43).

Após um amplo processo de debate e deliberação que cabe destacar, reafirmou as conquistas do Movimento de Reconceituação, centrado na crítica ao sistema capitalista, às políticas sociais e ao conservadorismo profissional; a reforma curricular de 1996, - que envolveu nacionalmente a toda a categoria profissional de assistentes sociais e teve ampla legitimidade no estabelecimento de um novo currículo -, plasmou uma visão societária que atribuiu prioridade ontológica à produção e reprodução da vida social e às relações sociais historicamente particulares que a sustentam.

Assim, esse processo de revisão curricular afirmou a centralidade da formação considerando que são as relações sociais que fundam a sociedade do capital as geradoras da questão social, porquanto presididas por desigualdades nas esferas da produção e distribuição dos meios de vida e de trabalho, apropriados privadamente. (Cardoso et al., 1996).

Dito isso, nesta reforma, ficou explícito que o eixo ordenador do currículo é a questão social, entendida como elemento que dá concretude à profissão, sendo sua base de fundamentação histórico social na realidade. Assim, “o que está subjacente é que suas manifestações concretas, resultam do processo de acumulação de capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor e cuja contraface, é o crescimento relativo da

pauperização.” (Ibidem, p. 23).

Elpídio (2024)⁶, em acordo com os postulados defendidos pelo conjunto da ABEPSS, expressa que as Diretrizes Curriculares dão a direção para realizar um debate crítico sobre as determinações históricas do racismo, entendendo-o como elemento estruturante da vida social.

Assim, embora o racismo seja anterior ao capitalismo, ele se torna funcional à manutenção e reprodução do capitalismo, seja no processo de colonização europeia quanto posteriormente no “trabalho livre”, possibilitando perpetuar relações de superexploração da força de trabalho e tornando-se um dispositivo ideológico que permite, entre outros processos, justificar uma suposta inferioridade, o desemprego e as condições de vida e de trabalho precárias que atinge principalmente à população negra.

Com isso, considerando as contradições entre capital e trabalho, é impossível pensar e atuar na questão social, sem afirmar a indissociabilidade entre questão social e questão racial. De acordo com Gonçalves (2018), após a abolição formal da escravatura, o Estado brasileiro não implementou políticas que impulsionassem a inclusão de trabalhadoras/es negras/os no universo da cidadania, ao contrário, foram tratados/as, como um perigo à ordem burguesa.

Dito isso, na hipótese da mesma autora, na particularidade da formação social brasileira, a questão racial não é apenas expressão da questão social, pelo contrário, foi e continua sendo, *alicerce* da desigual distribuição de riquezas no capitalismo brasileiro.

Dessa forma, não é possível implementar respostas profissionais às refrações da questão social sem conhecer a realidade desde uma perspectiva de totalidade, o que implica necessariamente apanhar suas determinações sócio-históricas. É primordial compreender que a questão social, historicamente está imbricada ao racismo e às distintas formas de opressão, discriminação, violência e extermínio dos povos não brancos.

Assim, apesar do avanço na produção teórica sobre as relações étnico-raciais e dos debates no campo da formação profissional do Serviço Social sobre esta temática⁷, ainda o racismo se encontra naturalizado nas práticas cotidianas e, portanto, também, no campo do

⁶ Ver palestra proferida pela profa. Maria Helena Elpídio em Live: “Os fundamentos da formação antirracista no Serviço Social”, TV ABEPSS, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/0WDAQ7rQqII> Acesso em: 27 jun.2024.

⁷ Cabe destacar o compromisso das últimas gestões da ABEPSS, e em particular da atual, correspondente ao período 2023-2024, com o avanço do debate e do diálogo entre Diretrizes Curriculares, relações étnico-raciais e projetos pedagógicos das Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) em Serviço Social do país. Estes esforços de educação permanente se expressam na centralidade desta temática nas oficinas regionais e nacionais da ABEPSS, no projeto “ABEPSS itinerante” e no XVIII ENPESS. Os desafios tem sido orientados para a concretização de uma formação antirracista visando também o impacto no trabalho profissional. Neste sentido, cabe destacar a criação, em 2022, no marco do XVII ENPESS, da “Plataforma antirracista” que oferece diversos materiais teóricos e audiovisuais. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/sugestoesdemateriais-95> Acesso em: 28 jun.2024.

trabalho profissional. Por isso, estamos diante do desafio de implementar projetos de trabalho nos distintos campos sócio-ocupacionais que busquem enfrentar concretamente o racismo enraizado nas instituições e estruturas sociais, e para isso, é fundamental uma sólida formação profissional antirracista que deve ser adensada a partir do diálogo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

De acordo com o documento “Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social” (ABEPSS, 1996, p.8), a “efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em Núcleos de Fundamentação constitutivos da Formação Profissional”.

Assim, o currículo, a partir de 1996, ficou organizado em três grandes eixos, a saber:

1) O “Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social”, responsável pelo tratamento do modo de ser do capitalismo enquanto totalidade histórica; 2) O “Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira”, remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira; e 3) O “Núcleo de fundamentos do trabalho profissional”, que parte do reconhecimento que o caráter interventivo da profissão, supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite à/ao profissional a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades socioinstitucionais, para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional.

Assim, numa perspectiva de uma formação antirracista, esses três núcleos não podem ser vistos como elementos dissociados ou hierarquizados, porém complementares e articulados. O debate sobre racismo e formação/trabalho profissional não pode ficar reduzido a um ou outro componente curricular, deve, pelo contrário, perpassar o conjunto das disciplinas organizadas nos três núcleos, e o principal desafio continua a ser o campo da intervenção profissional.

Com isso, os projetos políticos-pedagógicos das Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) em Serviço Social enfrentam os desafios da consolidação de uma formação antirracista em interlocução com as diretrizes curriculares da ABEPSS, primando pela articulação de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e estágio com vistas à preparação de seus quadros profissionais para um trabalho profissional antirracista.

Posto isso, a formação/trabalho antirracista deve estar presente no conjunto das atribuições privativas e competências profissionais definidas pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei no 8662/93), considerando também que este debate perpassa os onze princípios elencados no Código de Ética do/a Assistente Social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assim, ao promover reflexões sobre a questão étnico-racial na formação profissional dos/das assistentes sociais, a ABEPSS (2018), considera para a profissão o desafio de construir ferramentas e estratégias para a consolidação de um projeto profissional crítico, sobretudo no debate da questão étnico-racial e sua inserção nos currículos a fim de compreender como as diferentes manifestações e expressões do racismo perpassa os espaços da formação e do exercício profissional. Desse modo, se configura como uma necessidade imediata a sua apreensão, bem como a construção de estratégias para o enfrentamento do racismo nos distintos campos de atuação profissional do/da assistente social, no intuito de corroborar para uma formação antirracista no perfil intelectual e interventivo que desafiam a profissão no seu trabalho cotidiano.

Conforme Matos (2013) uma profissão se constrói cotidianamente pela ação dos seus sujeitos, a partir das condições objetivas de trabalho, das requisições que se apresentam e da capacidade de leitura e de resposta dada pelos/as profissionais às demandas. Por isso, é importante o estudo crítico de situações concretas sobre o exercício profissional, uma vez que o seu desvelamento pode contribuir para o aprimoramento do exercício profissional antirracista. Esse é o desafio crítico coletivo!

3 Saúde da população negra: proposições sobre os efeitos do racismo

O racismo está enraizado nas bases constitutivas do Estado brasileiro, manifestando-se mesmo após o período escravista-colonial. Desde o Brasil República, o mito da democracia racial tem servido para perpetuar a violação dos direitos e da vida de pessoas negras, através da negação das contradições raciais existentes nesse território (Nascimento, 1978).

É importante então frisar, que o racismo não se restringe a atos discriminatórios isolados, mas como expõe Almeida (2019) figura como um processo sistêmico que reproduz desigualdades e violências nas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais da vida.

O Estado brasileiro cunhado nos termos da colonialidade do poder⁸, é um inconfundível exemplo de como o racismo converte-se em mecanismo de violação e negação de direitos para a

⁸ A colonização dos territórios ameríndios e escravização dos negros africanos, fenotipicamente codificados em função da sua cor, se deu a partir de processos que visavam o desenvolvimento econômico das metrópoles, utilizando os escravos como mão de obra, e usando da violência física e psicológica, como forma de estabilização e controle desses corpos, para a exploração de suas forças de trabalho, a isso Quijano (2005) atribui a “Colonialidade do Poder”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

população negra, fato que se estabelece através da falaciosa democracia racial e que ecoa no projeto de Estado engendrado ao capitalismo:

O papel do Estado no capitalismo é essencial: a manutenção da ordem – garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da propriedade privada e do cumprimento dos contratos – e a “internalização das múltiplas contradições”, seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação. (Almeida, 2019, p. 93).

A vinculação entre racismo e iniquidades de saúde, chegou à agenda da gestão pública com mais força após a realização da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares em 1995, e a partir de então, no âmbito da saúde da população negra, houve avanços como a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), e a Mesa Redonda sobre Saúde da População Negra em 1996. (Werneck, 2013).

Como ressalta Werneck (2016) os movimentos negros brasileiros na década de 1990, tiveram papel fundamental na mobilização em prol dos valores da Reforma Sanitária, no sentido de demarcar a discussão da saúde da população negra a partir de indicadores sociais, e as especificidades que permeiam a construção de políticas para tal grupo.

Apesar dos desafios impostos para sua implementação e efetivação, pensando a luta do movimento da Reforma Sanitária contra o modelo privatista, o Sistema Único de Saúde, edificado a partir da constituição de 1988 é preconizado pela lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e tem três princípios fundamentais estruturados, - a nortearem as ações, pensando a saúde da população -, a saber: Universalidade, Equidade e Integralidade (Gama, 2005).

Cabe apontar que as demarcações acerca das requisições urgentes do movimento negro, por formulações específicas para população negra na área da saúde, resultaram em alguns processos normativos e avanços construídos pelas entidades públicas, e a questão racial na saúde, passou a ter mais visibilidade.

Em consequência da mobilização do movimento negro, destacam-se a criação do Comitê Técnico de Saúde da População Negra em 2003 (formalizado em 2004 através da Portaria nº 2.632/2004), a organização do I e II Seminário Nacional de Saúde da População Negra (em 2004 e 2006); a inserção da temática nas proposições das Conferências Nacionais de Saúde e a criação de uma vaga para o Movimento Negro no Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 2005, que desencadeou na construção e aprovação pelo CNS, da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, em 2006. (Werneck, 2013).

Como resultado, através da portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, o governo brasileiro instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que reitera a posição de vulnerabilidade de homens e mulheres negras com relação aos indicadores de desigualdades sociais no Brasil.

A PNSIPN tem como objetivo principal promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e discriminação nas instituições e serviços do SUS (Brasil, 2009), e entra como subsídio para identificação do racismo como uma determinação social do processo saúde-doença a partir dos elementos de discriminação, exclusão social e acessibilidade aos serviços.

Werneck (2016) afirma que um dos maiores desafios para a inserção da população negra nos serviços de saúde, é o racismo institucional que age na dimensão individual e instaura a dimensão estrutural, correspondendo a formas organizativas, políticas, práticas e normativas que resultam em tratamentos e resultados desiguais.

A manifestação do racismo via instituição, é um obstáculo efetivo à materialização da própria PNSIPN no sentido da produção e manutenção da vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo (Werneck, 2016).

Como aponta a médica e feminista negra, a partir da análise institucional da aplicabilidade da PNSIPN na rede de saúde, a política não angariou adesão suficiente à gestão do SUS, mesmo após mobilizações reivindicado uma concretização efetiva dessa diretriz, com expressão nos serviços e na qualificação dos profissionais, Werneck justifica:

Além do rechaço mais ou menos explícito por parte de muitos, verificou-se, também, uma profunda ignorância acerca dos diferentes elementos envolvidos nos processos de realização de ações e estratégias necessárias, que explicam o porquê da PNSIPN não ter sido adequadamente implementada após esses anos. (Werneck, 2016, p. 539).

Ante o exposto, com relação aos desafios encontrados para a objetivação da PNSIPN nas instituições de promoção à saúde pública, é importante refletir sobre o trabalho profissional das/os assistentes sociais nestas instituições, e em que medida a categoria profissional está comprometida com um trabalho orientado para o fortalecimento da PNSIPN e demais políticas e estratégias de enfrentamento ao racismo.

A objetivação da PNSIPN é um desafio coletivo, que precisa do envolvimento político de todos os atores que constroem a política de saúde pública, desde a gestão à ponta. Nesse sentido, a formação intelectual-interventiva do Serviço Social dá-lhe o *ethos* profissional, ou seja,

confere-lhe a competência profissional de intervir institucionalmente, e promover o debate antirracista no interior dos próprios serviços, e demais espaços de articulação multiprofissional.

O trabalho profissional na área da saúde, para além da assistência direta ao/à usuário/a, deve guiar-se com a intencionalidade de contribuir para a objetivação da PNSIPN, e de toda política que busque a equidade, a justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceito como bem indica o Código de ética do/a Assistente Social de 1993. (CFESS, 2012).

Mas como avaliar se, de forma hegemônica, no interior dos serviços, o trabalho profissional está sendo guiado por valores emancipatórios, ou está conservando posicionamentos reificadores? Como salienta Teixeira (2006), a sistematização da prática é certamente uma estratégia importante de avaliação do trabalho profissional a partir de uma postura crítica e investigativa.

Também, como observado pelo mesmo autor, a sistematização da prática é “antes de tudo uma estratégia que lhe recobra sua dimensão intelectual, posto que põe em marcha uma reflexão teórica, assim como possui uma dimensão ‘realimentadora da própria condução de seu trabalho” (Ibid., p.5), ou seja, a sistematização da prática é um momento importante em que podemos fazer uma avaliação crítica de nosso trabalho, dos instrumentos utilizados, do aporte teórico metodológico mobilizado em nossas intervenções profissionais.

A seguir, buscaremos apresentar as estratégias profissionais mobilizadas com a finalidade de contribuir para a materialização da PNSIPN, e de forma mais ampla, contribuir com o enfrentamento ao racismo nesta instituição, pois como destaca Diangelo (2018, s.p): “Não basta não ser racista: sejamos antirracistas.”

4 Trabalho e formação profissional do Serviço Social no HUCFF

Em hospitais universitários, além da intervenção direta com a população usuária, é indispensável a articulação entre teoria/prática e o compromisso com a formação profissional, pois a própria natureza da instituição orienta a organização dos processos de trabalho para tal finalidade.

No HUCFF/UFRJ a realidade não poderia ser diferente. Fundado em 1978, se caracteriza como “um centro de excelência em ensino, pesquisa e extensão”⁹ e tem como missão:

⁹ Disponível em: <https://www.hucff.ufrj.br/historico/> . Acesso em: 05 maio 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“desenvolver ações de ensino e pesquisa em consonância com a função social da universidade, articulada à assistência, à saúde de alta complexidade e integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS)¹⁰ [...]”.

É importante destacar que o Serviço Social atua nesta instituição desde sua inauguração e desde sua implantação comprometeu-se com a dimensão do ensino, inclusive a partir da organização das seções referente à gestão. É o que apontam Oliveira e Oliveira (2018), quando demonstram a fundação das três seções responsáveis pela organização do trabalho daquela equipe desde sua origem, dentre elas a:

(...) **Seção de Planejamento e Educação Continuada**, instância responsável pela coordenação de estágio de graduação, de pós-graduação, além da organização de atividades acadêmicas para a qualificação da equipe. Faz ainda a articulação com as [Unidades de Formação Acadêmica] (...) e substitui os impedimentos da chefia do Serviço. (p. 4-5, grifos das autoras).

Ao longo desses 46 anos, conjuntamente com o amadurecimento da categoria profissional, no âmbito teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, a equipe de assistentes sociais do HUCFF trabalhou para ampliação de suas intervenções direcionada a usuários/as e familiares atendidos/as na alta complexidade do SUS, reafirmando seu compromisso com a classe trabalhadora, principalmente desde os anos 80/90 acompanhando o movimento de renovação profissional, mas também potencializou as estratégias e as parcerias para qualificar a formação profissional, seja de estagiários, residentes multiprofissionais¹¹ e/ou assistentes sociais do quadro permanente.

Nesse contexto, a chefia da Seção de Planejamento e Educação Continuada, atualmente denominada de Seção de Planejamento e Educação Permanente (SPEP), nas últimas décadas, concentrou seus esforços não só para manutenção das atividades de ensino a nível de graduação, pós graduação e qualificação permanente da equipe, mas trabalhou também para seu aperfeiçoamento e para a ampliação da parceria com a Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ) e outros atores no âmbito intra e extra institucional, com o objetivo de qualificar os processos de ensino, pesquisa e extensão.

4.1 Sistematização das estratégias antirracistas no HUCFF: relato de experiência

¹⁰ Disponível em: https://www.hucff.ufrj.br/visao_e_missao/. Acesso em: 05 maio 2024.

¹¹ A residência multiprofissional foi implantada no HUCFF em 2010 e os profissionais do Serviço Social participam da mesma desde então.

Apesar da formação profissional estar plenamente integrada ao cotidiano de trabalho da equipe de Serviço Social do HUCFF, cabe destacar que as estratégias para enfrentamento ao racismo e a abordagem de temas relacionados a questões étnico-raciais ainda representam um imenso desafio para estudantes e assistentes sociais atuantes no SUS.

Nos últimos anos, o Serviço Social brasileiro tem avançado na visibilização de debates que circunscrevem a questão étnico-racial, no Brasil. Tal empenho, deu-se em parte através da “própria autocrítica da categoria profissional, esta categoria que segundo a última pesquisa do Conselho Federal de Assistentes Sociais sobre o perfil profissional, constatou que pretos/as e pardos/as conformam 49,47% de profissionais atuantes.” (CFESS, 2024, p.24).

É possível que as mudanças no perfil profissional, somadas à visibilidade do debate em torno do racismo estrutural (Almeida, 2019), tenha provocado no âmbito das entidades profissionais maior evidência quanto ao tema. Como exemplo, nos últimos anos há um empenho das entidades em fornecer subsídios para a atuação profissional no âmbito da formação.

Avaliamos que o lançamento da plataforma antirracista no site da ABEPSS, onde podemos encontrar produções teóricas, pesquisas sobre o perfil dos discentes, subsídios para atuação e sugestões para introdução ao debate sobre as relações étnico-raciais na formação, somado à promoção de eventos e publicações sobre o referente tema, como o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS, 2024), expressam o avanço dessa categoria profissional sobre questões centrais de nossos tempos.

Nesse sentido, com relação a questões étnico-raciais, a partir do processo histórico construído e pautado pelo Grupo de Trabalho de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” da ABEPSS e da apresentação da proposta exposta no ENPESS em 2018, a ABEPSS (2018), comprometida com a formação em Serviço Social antirracista, fomenta a inserção no currículo mínimo quanto ao debate sobre a questão étnico-racial nas UFAs e demais espaços formativos na graduação e pós-graduação, numa perspectiva da educação permanente.

Naquele ano, pelo menos 4 profissionais da equipe de Serviço Social do HUCFF participaram do XVI ENPESS, que já tratava da temática dialogando, inclusive com a atuação no SUS e nos espaços de residência multiprofissional. No que se refere à experiência da categoria profissional e de seus discentes relacionadas ao tema, localiza-se, a partir do ano de 2018, maiores investimentos da equipe de assistentes sociais nessa temática no cotidiano de trabalho e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o aumento de iniciativas associadas à formação relacionadas ao tema em consonância com os esforços do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, e também da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ) no fortalecimento do debate.

Destaca-se, então, a participação ativa de educandos/as, tanto da graduação quanto da pós-graduação, e de profissionais quanto ao processo de ensino e aprendizagem, sendo a participação discente indispensável ao planejamento e execução de atividades profissionais e de ensino que qualificam a construção de estratégias antirracistas no hospital, mesmo que suas incorporações sejam graduais e ainda demandem avanços e maiores esforços nesse sentido, tanto no âmbito do Serviço Social quanto no âmbito multiprofissional no universo hospitalar aqui descrito.

A participação de supervisores de estágio, acadêmicos e de campo, preceptores/tutores/coordenadores/professores neste processo, que buscam a gestão do Serviço Social, a SPEP, para dialogar sobre as questões que os atravessam, colabora para a construção de parcerias e possibilidades reais para o aperfeiçoamento do ensino e do trabalho profissional, incluindo às temáticas ligadas à auto identificação relacionadas a diversidade de identidades étnico-raciais, dentre outras, em atividades de formação e qualificação permanente.

Esse processo fomentado pelos movimentos sociais, pela ABEPSS, pelas UFAs no que compete a formação e trabalho no cotidiano do/da assistente social rebateu positivamente para o desenvolvimento de experiências exitosas para acréscimos desse debate no HUCFF, conforme explicitado na tabela abaixo:

Ano	Segmento de Ensino	Descrição da Atividade	Coordenação	Execução
2019	Estágio e Qualificação Permanente.	Primeira reunião de supervisão integrada realizada com professora da ESS-UFRJ sobre questão étnico- racial.	SPEP, professora e coordenação estágio da ESS-UFRJ.	Professora Convidada.
2019	Estágio e Qualificação Permanente.	Projeto de Intervenção envolvendo a temática étnico-racial, com oficinas temáticas: “Questão Racial, Etnia e Serviço Social”, “Exercício Profissional e o Quesito Raça/Cor: desafios para o trabalho em saúde” e “10 Anos De Invisibilidade da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)”.	Estagiários, Supervisores de campo e acadêmicos envolvidos, e SPEP.	Estagiários, Professores/ profissionais convidados.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2019	Extensão.	Projeto de Extensão “Saúde, Serviço Social e Democracia: articulação de saberes e lutas em saúde” - assessoria técnica em temas relevantes para atuação profissional, dentre eles a questão racial e questão raça/cor.	Equipe coordenadora do projeto e SPEP.	Equipe coordenadora do projeto.
2020/ 2021	Estágio, tutorias e qualificação permanente.	Suspensão devido a emergência de saúde pública instaurada pela pandemia de covid-19 a serem retomadas gradualmente após estabilização de momentos de picos pandêmicos.	x	x
2022	Estágio e intervenção indireta com usuário.	Produções e publicações de material informativo sobre a PNSIPN, história do movimento negro, legislações e políticas públicas antirracistas e Nota técnica CFESS sobre questão raça/cor em rede social gerenciada pela equipe de Serviço Social.	Supervisor de campo e estagiários.	Estagiários.
2022	Residência, estágio e Qualificação permanente.	Organização e execução do Seminário “Questão Racial na Saúde: Uma Abordagem Multidisciplinar”, proposta por um assistente social, residente multiprofissional.	SPEP, Residente proponente e comissão organizadora do Serviço Social.	Comissão (Estagiários, Residentes, Assistentes sociais e convidados).
2022	Educação continuada	Publicação de artigo no XVII CBAS, “Judicialização na saúde: um olhar para a questão social e racial.”	Preceptores, supervisores, residentes e estagiários do serviço social.	Preceptores, supervisores, residentes e estagiários do serviço social.
2022/ 2023	Residência.	Tutorias acadêmicas periódicas relacionadas à temática étnico-racial e saúde.	Tutora Acadêmica e SPEP.	Tutora Acadêmica e residentes
2023	Qualificação Permanente	Defesa da dissertação de Mestrado “Cultura capitalista, racismo e descolonização da subjetividade”. Uma análise do suicídio da mulher negra no espaço do cárcere.”	Assistente Social do HUCFF.	Assistente Social do HUCFF.
2023	Estágio e intervenção direta com usuário.	Suporte na execução, avaliação e monitoramento de Projeto de Intervenção envolvendo a temática étnico racial, com produção de material educativo “Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Uma Política do SUS”, ações de educação em saúde no ambulatório e portas de entrada.	Estagiários, Supervisores de campo acadêmicos envolvidos, e SPEP.	Estagiários, supervisora de campo, assistentes sociais.
2023	Residência, estágio e Qualificação permanente.	Organização e execução do Seminário “Um Corpo Negro no Mundo: Diálogos sobre os desafios e estratégias de cuidado nos 14 anos da PNSIPN”.	SPEP, Residente proponente e comissão organizadora do Serviço Social.	Comissão (Estagiários, Residentes, Assistentes sociais) e convidados.
2023	Estágio	Inclusão no Edital de Processos Seletivos de Estágio da questão étnico-racial e outras que promovem equidade e acessibilidade na seleção.	SPEP e comissão de estágio.	SPEP e comissão de estágio.
2023	Residência	Aulas no âmbito da residência multiprofissional acerca da PNSIPN e Política de saúde LGBT pleiteadas com a coordenação da residência pelos representantes de turma, um assistente social e uma psicóloga e ministrado por uma assistente	Assistente social residente multiprofissional e psicóloga residente	Coordenação geral da residência multiprofissional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

		social do HUCFF.	multiprofissional.	
2023/ 2024	Residência	Aula para todos os residentes da turma multiprofissional sobre Gordofobia, questões étnico-raciais, direitos sociais e saúde	SPEP e Projeto de Extensão "Saúde, Serviço Social e Democracia	Assistente Social convidada, extensionistas e tutora de campo do Serviço.
2024	Residência e qualificação permanente.	Defesa do Trabalho de Conclusão de Residência "O percurso dos corpos negros na Residência Multiprofissional em Saúde: O ensaístico caso escrito-vivo Dona Iyá." de autoria de assistente social, residente multiprofissional.	Banca de avaliação, SPEP e assistente social, residente multiprofissional.	assistente social, residente multiprofissional.
2024	Qualificação permanente.	Devolutiva de Tese de Doutorado de autoria de assistente social componente da equipe, a partir de seu processo de pós-graduação: "Relações Sociais Raciais na Formação em Saúde de Assistentes Sociais Residentes Multiprofissionais".	Autora do trabalho, assistente social do quadro funcional e SPEP.	Autora do trabalho, assistente social do quadro funcional.
2024	Apresentação de trabalho em evento.	Apresentação de trabalho no V Colóquio Raça e Interseccionalidades: discursos, memórias negras e esperanças na América Latina e Caribe.	Autora do trabalho, assistente social do quadro funcional.	Autora do trabalho, assistente social do quadro funcional.

A tabela acima demonstra a potencialidade do ensino, em suas múltiplas formas, como um dos processos possíveis para ampliação do trabalho e da formação profissional relacionadas à temática, em conformidade com os eixos formativos das diretrizes curriculares da ABEPSS. Essas, proporcionam a discentes e assistentes sociais a possibilidade de elaborarem intervenções criativas e comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional.

As ações sistematizadas na tabela, ilustram que a construção de estratégias para o enfrentamento ao racismo no âmbito institucional de um hospital de alta complexidade do SUS é possível e deve ser parte fundamental do planejamento estratégico e interventivo do Serviço Social, sobretudo em um país onde cerca de 80% da população que acessa o SUS é negra. (ONU, 2017).

A construção de parcerias multiprofissionais, entre equipe, docentes e discentes no âmbito intra e extra hospitalar, no que se refere ao debate étnico-racial, contribui ainda para a prestação de serviço à população usuária e possibilita o espraiamento de intervenções uni e multiprofissionais de combate ao racismo na instituição, além de fomentar a construção de novas práticas em saúde que sejam protagonizadas por saberes afro-brasileiro-diaspóricos, mesmo diante dos limites colocados no cotidiano das relações sociais capitalistas e da formação social brasileira calcada no preconceito e na estigmatização de corpos negros.

Ademais, a educação permanente no exercício profissional para além do requisito de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

empregabilidade implica na estratégia de inserção e permanência qualificada de assistentes sociais no mercado de trabalho contemporâneo, não na subserviência funcional à ordem de acumulação do capital, mas na perspectiva de uma formação crítica, construção de práticas emancipatórias junto à classe trabalhadora, defesa intransigente dos direitos sociais e humanos e construção de uma nova sociabilidade. (Nascimento; Oliveira, 2016, p. 137).

Considerações finais

Diante das discussões e experiências abordadas no presente texto, fica evidente que a formação antirracista no Serviço Social não deve ser encarada apenas como complementar, mas como uma necessidade fundamental para o desenvolvimento de um trabalho profissional comprometido com a equidade e justiça social. A partir da análise das diretrizes curriculares da ABEPSS e da experiência de trabalho no HUCFF, afirma-se a indissociabilidade da teoria e da prática para a consolidação de estratégias de enfrentamento ao racismo nas intervenções profissionais.

O reconhecimento de que o racismo é uma determinação estrutural da questão social no Brasil implica na necessidade de uma formação crítica que permita a compreensão aprofundada de suas expressões no cotidiano de vida da população negra. A experiência do HUCFF, com sua trajetória de articulação entre ensino, pesquisa e trabalho profissional, demonstra que a incorporação de um viés antirracista nas atividades pedagógicas e interventivas é um caminho necessário, porém desafiador que requer um esforço contínuo de articulação entre as diretrizes curriculares e as práticas profissionais cotidianas.

A experiência do HUCFF, ao promover o diálogo entre a formação teórica e as práticas antirracistas no campo da saúde, é um exemplo de como as estratégias profissionais podem ser direcionadas para a transformação social e a defesa dos direitos da população negra. Contudo, esse processo ainda encontra barreiras institucionais e culturais que precisam ser superadas por meio de uma formação crítica e interventiva. A busca por uma atuação antirracista é um desafio coletivo e contínuo, que exige compromisso ético e político da categoria profissional, bem como o fortalecimento da formação teórica para a compreensão das dinâmicas do racismo e suas implicações nas práticas sociais e também no trabalho profissional.

Referências Bibliográficas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. Rio de Janeiro: Cortez, 2006. 408 p. ISBN: 8524912669.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. 1 ed. São Paulo : Pólen, v. 1, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. “Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social.” ABEPSS, 1996. Disponível em:
https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acesso em: 28 jun.2024.

_____. “Os fundamentos da formação antirracista no Serviço Social”, Live “TV ABEPSS”, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/OWDAQ7rQqll> Acesso em: 27 jun.2024.

_____. “Plataforma antirracista”. Disponível em:
<https://www.abepss.org.br/sugestoesdemateriais-95> Acesso em: 28 jun.2024.

_____. “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”. ABEPSS, Vitória, ES, 2018. Disponível em:
http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social201812041419427146430.pdf Acesso em: 17 jun.2024.

Cardoso, Isabel Cristina; Granemann, Sara; Behring, Elaine; Almeida, Ney. “Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Caderno ABESS**, nº7, 1996. Disponível em:
<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/03-caderno-abess-n7-proposta-basica-para-o-processo-de-formacao-201702011414494824610.pdf> Acesso em: 28 jun.2024.

CFESS. Código de ética profissional do assistente social. Lei. 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília. CFESS,2012.

CFESS (org.). **Formação, Trabalho e Participação Sociopolítica**: dados complementares ao Perfil de Assistentes Sociais no Brasil. Brasília. 2024. *E-book* (128p.) color. ISBN: 978-65-86322-15-6. Disponível em:
<https://www.cfess.org.br/arquivos/EbookCFESS-DadosComplementares-PerfilASnoBrasil2024.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

DIANGELO, Robin. **Não basta ser racista**: sejamos antirracistas. 1ª ed. São Paulo: Faro Editorial, v. 1, 2018.

Gonçalves, Renata. “Quando a questão racial é o nó da questão social”. **Revista Katálysis**., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/jrk/a/JGPd8LQgf3yWcxfrRWwjtFN/abstract/?lang=pt>

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

MATOS, Maurílio. **Serviço Social, Ética e Saúde**. São Paulo: Cortez, 2013.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi / Fundação Maurício Grabois, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

NASCIMENTO, C. C. dos S.; OLIVEIRA, C. M. de. Educação permanente e serviço social: apontamentos sobre a formação profissional. *Temporalis*, [S.l.], v. 1, n. 31, p. 133-166, ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12321/10103> . Acesso em: 09 ago. 2024.

OLIVEIRA, E. R.; OLIVEIRA, V. D. **Resgate Histórico do Serviço Social de um Hospital de Ensino: 40 anos de contribuição (1978 – 2018)**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, XVI, 2018, Vitória. Anais: v. 1, n. 1 (2018): do XVI do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23498> Acesso em: 09 ago. 2024.

ONU BRASIL. **Quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/quase-80-da-populacao-brasileira-que-depende-do-sus-se-autodeclara-negra/amp/> Acesso em: jul/2024.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p.117-142.